

QUANDO O FEMINISMO ENCONTRA O CARNAVAL: O 'BLOCO DAS MULHERES RODADAS' E A LUTA POR DIREITOS

WHEN FEMINISM MEETS THE CARNIVAL: THE 'BLOCO DAS
MULHERES RODADAS' AND THE
FIGHT FOR RIGHTS

FERNANDA AMIM SAMPAIO MACHADO¹

MESTRANDA EM TEORIAS JURÍDICAS
CONTEMPORÂNEAS

THAYANE BRÊTAS DE ARAÚJO²

MESTRANDA EM TEORIAS JURÍDICAS
CONTEMPORÂNEAS

Resumo: A fim de propor reflexões sobre o caráter emancipatório da arte, bem como o seu papel na luta por direitos, este trabalho parte de análises e observações acerca do "Bloco das Mulheres Rodadas", que ocupou as ruas da cidade do Rio de Janeiro durante o Carnaval de 2015. Considerando que o Carnaval configura uma ruptura no cotidiano representando uma subversão da ordem até então imposta, é possível pensar acerca da construção de espaços de luta e de fala, necessários às reivindicações expostas pelo movimento feminista. Para tanto, parte-se da concepção de Joaquín Herrera Flores (2009) de que os direitos humanos correspondem a produtos culturais. O que significa dizer que é no contexto social e nas lutas por condições igualitárias de acesso aos bens necessários a uma vida digna, que são produzidas as mudanças sociais imprescindíveis à emancipação.

Palavras-chave: feminismo, carnaval, direitos humanos, epistemologia feminista, arte política

Abstract: In order to propose some reflections regarding the emancipatory character of art, as well as its role in the struggle for rights, this paper assumes the analyses and observations on the "Bloco das Mulheres Rodadas", that occupied the streets of the city of Rio de Janeiro during the Carnival of 2015. Considering that the Carnival configures a rupture in the daily life, representing a subversion of the order already imposed, it's possible to think about the construction of spaces of struggle and speech, necessary to the claims exposed by the feminist movement. Therefore, we start from the conception of Joaquín Herrera Flores (2009) that the human rights correspond to cultural products.

¹ Mestranda em teorias jurídicas contemporâneas pelo Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil). Graduada em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, Brasil). E-mail: fernandaasm@gmail.com

² Mestranda em teorias jurídicas contemporâneas pelo Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil). Graduada em direito pela UFRJ. E-mail: thayanebretas@gmail.com

Which means that it is into the social context, and the struggles for equal conditions of access of goods necessary for a dignified life, where the social changes essential to emancipation are produced.

Keywords: feminism, carnival, human rights, feminist epistemology, political art

INTRODUÇÃO

Muito se discute acerca da problemática efetivação de direitos, principalmente no que tange aos direitos humanos que, apesar de serem apresentados como “linguagem da dignidade humana” (SANTOS, 2013, p. 42), não conseguem responder às grandes violações perpetuadas no mundo atual, levando inclusive, a questionamentos acerca de uma possível derrota deste discurso, que na prática serviria muitas vezes para legitimar a opressão.

Partindo de uma perspectiva de gênero, é possível perceber que, não obstante os avanços alcançados através das lutas empreendidas pelo movimento feminista, as mulheres ainda se encontram em uma clara situação de desigualdade na sociedade, em decorrência de toda uma estrutura patriarcal existente, que mantém sob constante vigilância o corpo e a sexualidade feminina, revelando o contexto social punitivo, o qual se funda a sociedade ocidental (RUBIN, 2003).

A fim de abordar a problemática a respeito da efetivação de direitos da mulher, que aponta para a necessidade de construção de verdadeiros espaços de luta, para além da estrutura institucional, este trabalho parte de análises e observações acerca da ocupação realizada pelo "Bloco das Mulheres Rodadas" no Carnaval de Rua do Rio de Janeiro, apresentando reflexões sobre a epistemologia feminista, a possibilidade de criação de espaços de fala (através do carnaval) e a eficácia da arte política no que tange à emancipação social.

Para tanto, foram promovidas análises de conceitos e categorias pertinentes à teoria feminista, visto a estreita ligação destes com a abordagem crítica, base deste trabalho, que entende o direito como um produto cultural, para além da compreensão estritamente dogmática, embasada no discurso normativo hegemônico excludente, inerte e ineficaz.

As considerações tecidas por Jacques Rancière (2014) acerca da arte política foram utilizadas como base, a fim de relacionar a manifestação artística em questão, realizada no contexto da festa carnavalesca, com os modelos de eficácia da arte, permitindo assim a realização de observações sobre os reais efeitos desta ocupação e seu possível viés emancipador.

FEMINISMO, EPISTEMOLOGIA FEMINISTA E LUGAR DE FALA

Em uma constante interação entre a teoria e a prática de cunho político, o feminismo se expressa como um dos terrenos mais férteis e enérgicos da atualidade no sentido de questionar as desigualdades de gênero e sua naturalização. Com efeito, a forte mobilização feminina, em especial a partir da segunda metade do século XX, tem gerado problematizações acerca de diversas lógicas opressivas que antes restavam obscurecidas, invisibilizadas, acarretando,

inclusive, em mudanças sociais relevantes³. Por meio do compartilhamento de experiências e do desenvolvimento e entrelaçamento de novas lentes de análise, esse movimento tem desestabilizado e, por que não dizer, incomodado o sistema de dominação masculina.

Nesse sentido, partindo-se do pressuposto de que a teoria que nutre o feminismo não se desenvolve através de uma desconexão com a realidade – muito pelo contrário, encontra-se enraizada nas lutas e experiências de vida de mulheres –, abre-se caminho para um olhar crítico sobre a maneira como as mulheres e suas experiências são representadas pelo discurso dominante (HESSE-BIBER e LEAVY, 2007). E, não só isso, também possibilita uma análise sobre a forma como elas mesmas se representam “dentro de uma variedade de práticas culturais, como as artes e a mídia” (JACKSON e JONES, 1998, p. 1), por exemplo.

Não obstante, falar de feminismo não significa falar de um bloco unitário, por uma simples razão: as próprias mulheres que o compõem são diversas em vários aspectos, referentes à raça, à classe, à etnia, à idade, à orientação sexual. Vale lembrar que tais categorias, integrantes de suas identidades, são frequentemente apropriadas pelo discurso liberal tradicional como ferramentas de exclusão daqueles que não se encaixam no padrão homem “branco-heterossexual-civilizado-do-Primeiro-Mundo” (RAGO, 1998, p. 4; CRENSHAW, 1993, p. 1242). Algo que denota que as oportunidades de acesso a bens, materiais e imateriais são discrepantes entre as mulheres, a depender dessas variantes, colocando-as em posições desvantajosas, tanto perante os homens, quanto perante outras mulheres⁴ (FLORES, 2005).

A partir dessa constatação, Herrera Flores, embasando suas colocações nos ensinamentos de Glória Anzaldúa e Chela Sandoval⁵, acentua a importância do fomento de novas formas de resistência ao contexto exploratório e excludente a que os oprimidos são submetidos. Assim, de acordo com o autor, os aspectos da cultura dominante que simplificam e hierarquizam as situações devem ser desconstruídos, no intuito de modificar seus significados, os quais passariam a transmitir um sentido novo, subversivo. E, para que isso se concretize, é necessário que haja a apropriação “dos modos de funcionamento e de legitimação culturais das formas

³ Como Kimberle Crenshaw exemplifica no início de seu texto *Mapping the Margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color*, o espancamento e o estupro deixaram de ser questões apenas adstritas ao âmbito privado da família e consideradas como aberrações, exceções, para serem agora “largamente reconhecidas como parte de um sistema de dominação em larga escala que afetam as mulheres como uma classe” (CRENSHAW, 1993, p. 1241).

⁴ Inclusive, como Harding (1996, p. 18) pontua, pelo fato dessas mesmas categorias de subordinação supracitadas constituírem formas de dominação distintas e se apoiarem “mutuamente de modos complexos”, é que não se pode afirmar que as desigualdades de gênero sejam universais e homogêneas. De fato, elas se dão em intensidades e em modalidades diferentes, o que evidencia a importância de se considerar a articulação de todas elas e não se restringir somente ao gênero, sob pena de incorrer naquilo que o movimento feminista em si tanto critica: a homogeneização dos sujeitos, que, no presente caso, se referiria às próprias mulheres. Esse erro foi inclusive cometido pelo feminismo identificado como liberal, composto por mulheres brancas europeias e norte americanas que se atinham somente a valores e demandas intimamente ligados à sua cultura ocidental: defesa da igualdade formal entre os sexos, direito ao voto e a tolerância. No entanto, a partir do final da década de 1960, novas vozes emergiram dentro do movimento feminista, dessa vez, das mulheres de cor, oriundas dos países de Terceiro Mundo e pós-coloniais, denunciando que elas não sofrem as mesmas desigualdades que as feministas universitárias de classe média. Diante disso, reivindicam a revisão tanto teórica quanto prática “dos postulados feministas”, visando uma melhor adequação destes a realidades mais complexas (FLORES, 2005, p. 17-18).

hegemônicas de atuar” (FLORES, 2005, p. 20).

Diante disso, tal apropriação deve ser empreendida no sentido de criar novos espaços que não tendam à defesa de concepções essencialistas e generalizantes. Ao contrário, que esses espaços sejam abertos a novas possibilidades de luta, que visem materializar valores como a igualdade e a liberdade. Esses, no entanto, não estando fundados em um humanismo irrealista, mas sim em uma perspectiva que entende a igualdade “como reconhecimento público das diferenças” e a liberdade “como criação de um espaço político adequado às mesmas” (FLORES, 2005, p. 57).

É nesse sentido que a epistemologia feminista aparece como um campo promissor para a construção desses novos espaços, abrindo caminho para práticas políticas que desafiem o reducionismo das tendências dualistas do sistema patriarcal. E, segundo nossas observações, o Bloco das Mulheres Rodadas vem cumprindo um papel importante dentro do universo do carnaval de rua do Rio de Janeiro, ao ter como bandeira uma das demandas históricas do movimento feminista, qual seja, a liberdade sexual feminina, e, como principal integrante de seu discurso, o questionamento das separações entre os espaços público e privado e o culto à domesticidade, que recai sobre as mulheres e seus corpos.

Contudo, tais aspectos analíticos serão destrinchados mais adiante, por funcionarem como boas ilustrações do momento crucial em que as produções teóricas feministas – e o giro epistemológico que propõem – ultrapassam os muros acadêmicos e retornam⁶ à prática, dando ensejo a caminhos longos e árduos de luta, porém, dotados de grande potencial transformador. Seguindo esse raciocínio, é necessário entender, em primeiro lugar, que giro epistemológico está sendo trabalhado.

A EPISTEMOLOGIA FEMINISTA E A BUSCA POR MODOS DE AGIR ALTERNATIVOS

A partir do momento em que se adota uma forma de pensar feminista, passa-se a contestar os mais diversos âmbitos da vida social, não sendo diferente, portanto, sobre aquilo que fora estabelecido como “conhecimento”. As mulheres, durante longo período, apenas figuraram no ambiente acadêmico como objetos de estudo, e não como sujeitos produtores de conhecimento (JACKSON e JONES, 1998, p. 1).

No entanto, foi no decorrer das décadas de 1960 e 1970, período em que o feminismo passava pelo que intitulamos como a sua segunda onda⁷, que estudiosas feministas, por terem adentrado o espaço público e os espaços do saber (RAGO, 1998, p. 10), se tornaram cada vez mais conscientes sobre os padrões tradicionais de pesquisa e a maneira como ignoravam as mulheres e suas

⁵ Importantes teóricas que lutaram pela construção de um feminismo chicano, denunciando a maneira como o etnocentrismo e os binarismos culturais da lógica hegemônica oprimiam as mulheres de cor, visando a emancipação e a transformação social.

⁶ Frisamos a utilização do verbo retornar, visto que não buscamos aqui defender que o feminismo apenas existe ou se origina dos ambientes acadêmicos. Desejamos destacar apenas a importância da penetração dessas discussões nesses espaços, marcadamente sexistas e racistas.

⁷ Na segunda onda do feminismo, a preocupação das mulheres não mais girava em torno somente da conquista de direitos políticos e relativos à educação, como se deu na primeira fase, ampliando sua luta para a efetiva igualdade entre o homem e a mulher e o reconhecimento das diferenças entre as mulheres e suas experiências.

perspectivas, além de representarem inadequadamente suas experiências de vida. Atentando-se para tal invisibilidade, produziram críticas contundentes ao positivismo como forma hegemônica de produção de conhecimento⁸, o que deu origem, inclusive, às novas propostas de epistemologia feminista.

Tais propostas refletem exatamente o fato de que a epistemologia feminista não constitui um bloco unitário⁹, possuindo vertentes que divergem entre si. Apesar disso, todas se interligam pela oposição que fazem ao paradigma positivista de pesquisa, que, seguindo a lógica cartesiana de divisão entre mente e corpo e a preponderância da primeira sobre a segunda, identifica apenas como conhecimento o obtido através do império da razão, do empirismo e sua observação objetiva, desconectada e pretensamente neutra¹⁰ (HESSE-BIBER e LEAVY, 2007, p. 6).

Foi analisando os métodos de pesquisa e os efeitos da observância a esse paradigma que as feministas destacaram que, tanto o positivismo, quanto o conhecimento que ele produz, acabam por não refletir seus próprios pressupostos, a saber, a universalidade, a objetividade e a neutralidade. Ao contrário, revelam a impossibilidade de um conhecimento livre da influência do fator social, bem como a localização privilegiada de sua produção (HESSE-BIBER e LEAVY, 2007, p. 7; HARAWAY, 1995, p. 16). Tais revelações, associadas às características de seletividade na coleta dos dados, em tempo e condições fixas, e voltadas à elaboração de leis “imutáveis”, apenas evidenciam que eles, em verdade, têm por base interesses antirrevolucionários e mantenedores da ordem política e socioeconômica instituída (BERMAN, 1997, p. 260).

Isso nos lembra o fato de que a polaridade cartesiana, anteriormente mencionada – entre mente e corpo, razão e emoção, cultura e natureza, dentre outras – foi sendo desenvolvida no contexto da cultura iluminista europeia e do projeto burguês de desmantelamento do Antigo Regime, para que pudessem ascender ao poder. Com isso, a ideologia de cunho liberal atribuía a superioridade da mente aos homens ilustrados, indivíduos que gozavam da racionalidade, o que lhes permitia ocuparem e atuarem nos espaços públicos. As mulheres, por sua vez, não gozavam de tal capacidade, sendo restringidas aos espaços privados, já que eram atreladas ao corpo, ao sentir, ao polo mais fraco, que devia estar sob o domínio dos homens ilustrados, da mesma forma que os proletários e os demais colonizados. É olhando por esse prisma, que se percebe inclusive que uma análise das explorações e opressões de gênero não pode vir apartada da análise conjunta com outras categorias de subordinação, como a classe, a raça e a sexualidade, pontuando diferenças relevantes entre as próprias mulheres, a depender de seus posicionamentos.

⁸ Vale ressaltar que tal movimento de contestação à ciência moderna não foi empreendido somente pelas feministas, mas consistiu em uma reação que adveio de diversas direções. Ele foi composto por grupos que lutavam “contra o racismo, o colonialismo, o capitalismo e a homofobia, assim como o movimento contracultural dos anos sessenta e os movimentos ecologistas e antimilitaristas contemporâneos” (HARDING, 1996, p. 16). O feminismo, em particular, se destacou dos demais por ter enfatizado a existência da desigualdade de gênero na epistemologia ocidental tradicional e em seus métodos de pesquisa, algo que até então não havia sido ressaltado pelos demais (FARGANIS, 1997, p. 224).

⁹ A categorização proposta por Harding é a mais utilizada, que distinguiu esse estudo em três vertentes distintas: o empirismo feminista, o ponto de vista feminista (*feminist standpoint theory*) e o feminismo pós-moderno. Ver: HARDING, Sandra. *Ciencia y feminismo*. Madrid: Moratas, 1996, p. 15-27.

¹⁰ Que poderia ser aplicado em toda e qualquer situação, exatamente pelo fato de ser neutro. E por meio dele se chegaria a resultados puros, não contaminados pelo âmbito social, e que, diante disso, eram considerados imutáveis (BERMAN, 1997, pp. 254-255).

De fato, como Anne McClintock (2003) pontua, era pela instituição de uma esfera do primitivo e do irracional que a burguesia lograva garantir seu triunfo, ao longo dos séculos XVIII e XIX, através da vigilância dos incapazes no que diz respeito ao seu trabalho, e, em especial, à sua sexualidade, que deveria ser exercida nos limites do casamento monogâmico e heterossexual, controlado pelo homem. Além disso, houve o estabelecimento do padrão de mulher “virtuosa”, aquela que não trabalhava, mergulhada no ócio, resultante de um “culto à domesticidade”, que se convertia em status ao próprio marido, um homem que poderia manter uma mulher sob essas condições, relegando o trabalho doméstico às mulheres da classe trabalhadora. Estas, em outra ponta, por não terem condições de cumprir com esse ideal, realizavam trabalhos fora de suas casas e, por vezes, ao lado dos homens como as escravas, convivendo com a imagem de “suja”, “desviantes”, e com as ideias de “contágio moral” e ‘degeneração’ racial” (MCCLINTOCK, 2003, p. 41).

O controle que recaía – e que é presente até hoje – sobre a sexualidade das mulheres configura um dos exemplos mais evidentes dos interesses de manutenção do status quo social. A própria abordagem determinista biológica, que foi empreendida pelas disciplinas biomédicas e clínicas sobre essa temática¹¹, demonstram a filiação aos valores burgueses, ao restringir a sexualidade da mulher ao papel da procriação, por defini-lo como o seu natural¹², ajudando na criação de uma linguagem, que nortearia as ideias e interpretações sociais sobre o sexo e sobre o corpo.

Diante desse cenário de naturalização de estereótipos, acadêmicas e ativistas do movimento feminista, já no início do século XX, posicionaram-se no sentido de promover uma distinção entre sexualidade e reprodução, destacando a importância dos “aspectos ideológicos da dominação masculina na produção dos discursos científicos sobre o lugar de homens e mulheres na sociedade” (BRIGEIRO, 2006, p. 179); um discurso que reforça uma ideologia sexista, que vê o controle masculino do espaço público e a consequente submissão feminina como “normais”¹³, e que além disso, propõe o uso de metodologias ou de práticas diferentes de observação do mundo social.

São nessas rupturas com a tradição, e na criação de suas próprias premissas, que a epistemologia feminista abre caminho para a construção de uma nova linguagem ou contra discurso, um dos meios para a superação de tais opressões, visto não se ater apenas à crítica da forma tradicional de produção de conhecimento. Ela propõe, adicionalmente, modalidades alternativas de construção do mesmo, chamando atenção para a necessidade de uma nova

¹¹ Essa visão gozou de ampla legitimidade quando o tema surgiu como objeto de estudo no século XVIII (AMARILLO, 2006, p. 196). Para tal abordagem, a sexualidade era algo dado, natural, instintivo, uma necessidade fisiológica, ou seja, um imperativo do corpo. Percebe-se, portanto, a importância de fatores atrelados à natureza, como a anatomia e a fisiologia, para a compreensão da sexualidade em si e a forma como ela se dava, cunhando uma visão essencialista e completamente apartada de fatores culturais e linguísticos (BRIGEIRO, 2006, pp. 177-178).

¹² No contexto social brasileiro em específico, essa questão também é influenciada pela religiosidade, tendo na Virgem Maria o modelo de feminilidade imposto pela Igreja. O marianismo ou modelo de Maria, como é denominado, atendia a dois objetivos: primeiro, a imposição das “hierarquias de gênero europeias” e segundo, a evangelização das indígenas e africanas (AMARILLO, 2006, p. 196). O marianismo consiste na valorização da mulher que se auto-sacrifica, que transmite a ideia de passividade - contrastando com o caráter ativo do homem - submissa a ele, tendo como função ser uma boa mãe e uma boa esposa. Com uma sexualidade moldada a atender as necessidades do companheiro, ela é vista como a “santinha”, em contraposição à puta, que é a doente, a subversiva, a desviada (DESOUZA e BALDWIN, 2000, p. 490).

¹³ Isto é, ao homem, o espaço público, a função de provedor, sujeito visibilizado; à mulher, o privado, a casa, o cuidar do marido, dos filhos, sujeito invisibilizado (HESSE-BIBER e LEAVY, 2007; FLORES, 2005, p.15).

relação entre teoria e prática, na qual o observador não se posiciona de maneira isolada e imparcial, mas sim subjetiva, reconhecendo a sua particularidade, fazendo com que tal subjetividade seja considerada na produção do conhecimento (RAGO, 1998, p. 11).

É a partir da entrada das mulheres no espaço público e nos espaços do saber que certos pressupostos são questionados e postos em debate, criando rupturas e gerando transformação. Isto tem ocorrido, por meio da reivindicação por uma nova linguagem, guiada pela forma feminista de pensamento. Nesse sentido, a autora resume bem o que queremos dizer:

Entrando num mundo masculino, possuído por outros, a mulher percebe que não detém a linguagem e luta por criar uma, ou ampliar a existente: aqui se encontra a principal fonte do aporte feminista à produção do conhecimento, à construção de novos significados na interpretação do mundo (RAGO, 1998, p. 11).

Essa nova linguagem ou, como a autora também faz referência, o contra discurso feminista, tem se utilizado de alguns meios para atingir seus objetivos. Além do crescente uso das redes sociais, a ironia tem sido uma estratégia recorrentemente utilizada em frases que, por vezes, associadas a imagens, transmitem mensagens satíricas, irreverentes. Conforme pontuado por Donna Haraway (2009, p. 35), misturando o humor com o jogo sério, a ironia tem-se constituído, além de uma estratégia retórica, em um método político. Nesse mesmo sentido é que essa nova maneira de comunicar viu na irreverência, liberdade e ludicidade do carnaval um *habitat* muito propício para a sua reprodução, tendo ocorrido sua materialização no Bloco Mulheres Rodadas¹⁴, conforme observamos nos anos de 2015 e 2016, durante o carnaval de rua do Rio de Janeiro.

‘MULHERES RODADAS’: O CONTRA DISCURSO DAS RUAS

Foi possível observar que esta nova maneira de comunicar se fez presente em diversos momentos ao longo do bloco. Cabe destacar, inicialmente, o fato de que todas as integrantes fixas vestiam saias e, as que dançavam, portavam bambolês, que seriam incorporados e orgulhosamente exibidos em coreografias ensaiadas, que envolviam muitos rodopios. Esses elementos, reunidos no contexto, transmitiam mensagens em um tom provocativo, mas ao mesmo tempo, dotado de irreverência e descontração. Tais mensagens, no entanto, se tornavam mais evidentes quando as palavras de ordem surgiam: “só tem rodada aqui!”, entoadas pelas mulheres presentes, nos curtos intervalos da bateria. De fato, ao designarem-se pelo termo abjeto, através de palavras, ações ou elementos externos, elas tomam para si a linguagem do opressor, veiculada para normatizar bem como disciplinar o corpo feminino.

Algumas frequentadoras do bloco traziam consigo novos elementos importantes,

¹⁴ Vale ressaltar a existência de outros blocos feministas que utilizam o mesmo método, tais como: o Bloco Maria vem com as outras, surgido em 2010 na cidade de Manaus e organizado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim); o bloco Vacas Profanas que, desde 2010, se apresenta na cidade de Belém; em Recife, os blocos Grêmio Anárquico Feminazi Essa Fada, que iniciou suas atividades em 2015, e o Nem Com Uma Flor, surgido em 2002, promovido Prefeitura do Recife, através

como cartazes feitos à mão ou impressos por meios eletrônicos, contendo frases que se conectavam com reivindicações feministas relacionadas: à liberdade sexual feminina e ao fim da cultura do estupro, ao direito ao prazer, ao sexo casual, ao aborto, à livre escolha de parceiros, e à repulsa ao assédio masculino no carnaval. Dentre os fragmentos extraídos dos cartazes, destacamos os seguintes: “Estive rodando e não dei pra você”, “Minha liberdade samba na cara da sociedade”, “Só abro alas para quem EU quero dar”, “#carnavalsemassédio”, “Tire as mãos do meu útero, Deputado!”. Ressalte-se que este último fragmento se referia ao Projeto de Lei 5069, proposto pelo deputado Eduardo Cunha, do PMDB, no ano de 2013, que dificultava a realização do procedimento de aborto legalizado nas hipóteses de estupro. O mesmo projeto de lei, foi também tema de uma paródia feita pelo bloco com base no refrão da música Tieta, de Caetano Veloso, onde se dizia: “Eta, eta, eta, eta/O Eduardo Cunha quer controlar minha buceta”.

As reivindicações, no entanto, não se limitaram à esfera da liberdade sexual, se relacionando também com a atuação da mulher no espaço público. Esta questão comumente naturalizada sob a ótica masculina, ainda corresponde a um dos grandes tabus sociais em torno do comportamento da mulher. Isso se tornou explícito, por exemplo, em um cartaz que continha a frase “Bloco de carnaval não é lugar para mulher direita”, referindo-se a uma pesquisa feita pelo Instituto Data Popular entre os dias 4 e 12 de janeiro de 2016, onde 49% dos homens concordaram com tal afirmação¹⁵. Outro, feito à mão em um pedaço de papelão, dizia: “Deixa a menina sambar em paz”. Um terceiro cartaz, por sua vez, relembra o título do filme brasileiro “Que horas ela volta?”, lançado em agosto de 2015, dizendo: “Que horas ela volta? A hora que ela quiser”.

Fica perceptível a existência de um ativismo político que visa subverter certos elementos da cultura dominante. Neste contexto, a utilização da estética do carnaval e de sua irreverência, de paródias musicais, de expressões erotizadas e impactantes; correlacionando tais aspectos com assuntos e acontecimentos recentes, de forma jocosa, tem-se apresentado como uma ferramenta funcional em prol de um aporte “energizante, libertário” (RAGO, 1998, p. 10), dando maior visibilidade aos questionamentos feministas.

No entanto, em nossas observações, cumpre reconhecer que, muito embora o bloco estabeleça um novo canal de comunicação que visibiliza o pensamento feminista e problematiza o discurso engendrado pelo patriarcalismo, ele tem abarcado, em sua maioria, um público bem definido, composto essencialmente pela mulher de classe média e média alta, predominantemente branca, e moradora da zona sul do Rio de Janeiro. Dessa forma, a pluralidade de origens e de vivências das mulheres na cidade do Rio de Janeiro não estava, de fato, bem representada no bloco, nem com a presença física delas, nem de demandas referentes às questões de raça, de classe, ou mesmo de gênero, como a transfobia, que passaram ao largo nas provocações ensejadas durante o cortejo. Não obstante a crítica realizada, o Bloco em questão certamente tem-se constituído em uma boa estratégia de conexão da teoria com a prática, onde o ativismo político se une à arte.

da Secretaria da Mulher; em Brasília, o Bloco das Perseguidas que existe desde 2013; e em São Paulo, os blocos Afro Ilú Oba De Min, surgido em 2005, e o Bloco da Dona Yayá, que existe desde o ano de 2000.

¹⁵ Disponível (on-line) em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/02/08/em-pesquisa-49-dos-homens-dizem-que-bloco-nao-e-para-mulher-direita.htm> (Acesso em: 29/02/2016).

UM CARNAVAL RODADO: OCUPAÇÕES TEMPORÁRIAS E SEU POTENCIAL EMANCIPADOR

Cumprer ressaltar desde já que não é o objetivo deste trabalho realizar uma análise profunda sobre o carnaval. Contudo, se faz necessário tecer algumas observações referentes aos mecanismos carnavalescos utilizados para dramatizar a realidade, a fim de se poder compreender a dinâmica existente em torno da festa e a possibilidade de construção de espaços de luta, necessários à emancipação social.

DaMatta (1997) classifica o carnaval como sendo um ritual nacional, capaz de dramatizar determinados valores existentes na nossa sociedade, focando nos contrastes existentes entre a festividade carnavalesca e a realidade, cujo mecanismo básico de funcionamento é a inversão.

(...) tudo indica que o processo é radical no sentido de realmente provocar um deslocamento completo de elementos de um domínio para outro do qual esses elementos estão normalmente excluídos. (...) É precisamente isso que parece ocorrer em momentos como o do carnaval brasileiro, quando o uso das fantasias permite relacionar ao núcleo (ou centro do sistema social) toda uma legião de seres, papéis sociais e categorias que, no curso da vida diária, estão escondidos e marginalizados. Desse modo, quando se inverte, procede-se juntando categorias e papéis sociais que, no mundo cotidiano, estão rigidamente segregados (DAMATTA, 1997, p. 79-80).

Por conta da inversão, é possível pensar que o carnaval configura uma forma alternativa à coletividade estruturada, em que “são experimentadas novas avenidas de relacionamento social que, cotidianamente, jazem adormecidas ou são concebidas como utopias” (DAMATTA, 1997, p. 88).

No mesmo sentido, Felipe Ferreira (2005) destaca que a maioria dos estudos existentes sobre as festas¹⁶ tratam da ruptura no cotidiano como uma característica significativa, visto que “ela marca uma ‘desposseção’ dos papéis sociais, instaurando um estado de indeterminação, uma situação ‘a-estrutural’” (FERREIRA, 2005, p. 287)

Surge, então, a questão, o que é realmente invertido no carnaval? Quais os efeitos desta inversão? Pode a arte política ser eficaz no sentido de provocar formas de mobilização contra a estrutura patriarcal socialmente imposta? É possível considerar que estas manifestações artísticas são instrumentos eficazes quando se trata de emancipação a partir de uma perspectiva de gênero?

No segundo semestre de 2014, a página do Facebook “Jovens de direita”¹⁷ compartilhou uma imagem causando diversas reações¹⁸ nos internautas. A imagem em questão correspondia a uma fotografia onde um homem segurava uma placa com os seguintes dizeres: “eu não mereço mulher rodada”.

¹⁶ Incluído neste conceito não apenas o carnaval, mas também outras manifestações populares.

¹⁷ Cumpre destacar que a página existe até hoje, podendo ser acessada por meio do endereço eletrônico <https://www.facebook.com/jovensdedireita/?fref=ts>

¹⁸ A maioria das reações dos internautas era contrária a postagem, contudo, foram diversas as mensagens de apoio e os compartilhamentos da postagem em questão.

Diante disso, as jornalistas Renata de Carvalho e Debora Thomé, resolveram criar o bloco de carnaval dos “rodados”, através de um evento no próprio Facebook, que seria inicialmente composto por uma dúzia de amigos que topariam realizar um mini protesto no final do carnaval, durante a quarta-feira de cinzas.

Inesperadamente, e superando qualquer expectativa¹⁹, mais de 12 mil pessoas confirmaram presença no evento, cobrando, por meio de postagens na página do ato, a realização do bloco. Através de uma parceria realizada com os grupos de fanfarra “damas de ferro” e “Ataque Brasil”, o bloco realizou pela primeira vez o seu cortejo, na quarta-feira de cinzas do carnaval de 2015, tendo repetido o feito no carnaval de 2016, arrastando cerca de 3 mil pessoas pela zona sul da cidade do Rio de Janeiro.

No início, a ideia do bloco era a de veicular uma mensagem antimachismo, e promover o empoderamento de mulheres, se valendo do humor e do carnaval para ridicularizar e questionar atitudes machistas:

- A gente fala para não convertido, levamos para a rua meninas que nem sabiam o que era feminismo e que só tomaram conhecimento por causa do bloco, através do carnaval. São garotas que não têm conhecimento científico sobre o assunto e que não militam na causa, mas que escutaram o discurso por ser um bloco de carnaval, que tem a ver com a arte, com a música, com a fantasia, com o colorido. Nós pegamos as pessoas por outro lado, falamos com as pessoas por outro lado, de outro lugar e por isso conseguimos falar com essas pessoas que a militância tradicional não consegue (Renata de Carvalho, entrevista dia 27 de fevereiro de 2016).

Hoje, o bloco se encontra em um segundo momento, se preocupando não apenas com o conteúdo das mensagens transmitidas, mas com a sua estrutura e o seu funcionamento, em especial no que tange as questões referentes ao lugar que a mulher ocupa no carnaval, buscando uma forma de fazer que também seja feminista.

Assim, de forma a possibilitar que as mulheres ocupem lugares de destaque nos blocos de carnaval, que não sejam adstritos as posições de porta-estandarte e dançarina, o bloco tem trabalhado no sentido de criar oficinas de percussão e sopro para mulheres²⁰. Além disso, por conta da repercussão e do sucesso do bloco, várias instituições, bem como organizações não governamentais²¹, procuraram as organizadoras, a fim de firmar parcerias na construção de projetos e de campanhas relacionadas aos direitos da mulher, possibilitando que as ações do bloco fossem realizadas para outros períodos do ano, extra-carnaval.

¹⁹ Afinal de contas, a ideia era uma brincadeira, a realização de um bloco de carnaval de verdade, nos moldes dos blocos de rua do Carnaval do Rio de Janeiro, não era realmente considerada, visto que nenhuma das duas criadoras do bloco faziam parte do universo carnavalesco ou tocavam qualquer instrumento. Eram apenas foliãs que tiveram essa ideia por conta do período do pré-carnaval, de acordo com as informações colhidas em entrevista realizada no dia 27 de fevereiro de 2016 com a Jornalista Renata de Carvalho, na cidade do Rio de Janeiro.

²⁰ De acordo com as reflexões compartilhadas por Renata Carvalho em entrevista concedida no dia 27 de fevereiro de 2016, “Se hoje não temos ainda lideranças femininas no carnaval, é porque não conseguimos chegar nesses lugares por diversos motivos, dentre os quais o fato de as mulheres não possuírem a técnica musical adequada, por ausência de oportunidades, assim pensamos em ajudar a formar essas pessoas”.

RODADA PELA EMANCIPAÇÃO: O POTENCIAL ARTÍSTICO

Diante das questões abordadas acima, e partindo do pressuposto que o carnaval inverte a estrutura e a lógica socialmente impostas, cabe primeiro refletir sobre a própria eficácia da arte política a fim de empreender análises mais consistentes acerca da ocupação promovida pelo “Bloco das Mulheres Rodadas” no carnaval de rua do Rio de Janeiro.

As formas de se politizar, ou ainda, repolitizar²² a arte, não se manifestam da mesma maneira, tendo em vista uma enorme variedade de meios utilizados para este fim, que podem ter ou não algum tipo de eficácia. Jacques Rancière apresenta, em sua obra “O espectador Emancipado” (2014), três modelos de eficácia da arte, a saber, o modelo mimético (ou regime da mediação representativa), o da imediatez ética e o estético.

O modelo mimético supõe a existência de uma ligação contínua entre a produção artística e as formas como são afetados o pensar, o sentir, o perceber do público. Assim, a arte possibilitaria que o espectador se tornasse consciente acerca da realidade social, despertando nele uma vontade de transformação. Por sua vez, no modelo da imediatez ética “os pensamentos já não são objeto de lições dadas por corpos ou imagens representadas, mas estão diretamente encarnados em costumes, em modos de ser da comunidade” (RANCIÈRE, 2014, p. 56). Existe assim uma inversão da lógica artística, por meio da qual o espectador é transformado em ator.

(...) o que ela opõe as duvidosas lições de moral da representação é simplesmente a arte sem representação, a arte que não separa a cena da performance artística e da vida coletiva. Ao público dos teatros ela opõe o povo em ato, a festa cívica em que a cidade se apresenta a si mesma (RANCIÈRE, 2014, p. 55)

Ao lado dos dois modelos acima, é também apresentado o regime da eficácia estética, que corresponderia a “eficácia da suspensão de qualquer relação direta entre a produção das formas da arte e a produção de um efeito determinado sobre um público determinado” (RANCIÈRE, 2014:58), ou seja, a eficácia que se manifesta por conta de uma desconexão entre a produção artística, as intenções do artista e a repercussão causada no público. Corresponde, na verdade, na eficácia de um dissenso²³, cuja consequência não resulta na transmissão de uma determinada mensagem e nem na incorporação de determinados valores que culminasse em uma forma de ação por parte dos indivíduos de certa comunidade.

(...) Não se passa da visão de um espetáculo à compreensão do mundo e da compreensão intelectual a uma decisão de ação. Passa-se de um mundo sensível a outro mundo sensível que define outras capacidades e incapacidades. O que está em funcionamento são dissociações: ruptura de uma

²¹ ONU-Mulheres, Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher vítima de Violência da Defensoria Pública do Rio de Janeiro (Nudem), ONG VivaRio.

²² A ideia de uma arte política é muito antiga, contudo, de acordo com Jacques Rancière, atualmente tem-se visto “a afirmação mais ou menos generalizada de sua vocação para responder às formas de dominação econômica, estatal e ideológica” (RANCIÈRE, 2014, p. 51). Para um maior aprofundamento sobre o tema ver *Paradoxos da arte política*. Em: RANCIÈRE, Jacques. O espectador emancipado. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 51.

relação entre sentido e sentido, entre um mundo visível, um modo de afeição, um regime de interpretação e um espaço de possibilidades; ruptura dos referenciais sensíveis que possibilitavam a cada um o seu lugar numa ordem das coisas (RANCIÈRE, 2014, pp. 66-67).

Transpondo essas ideias para o cenário carnavalesco, é possível refletir sobre uma provável conexão entre a manifestação artística promovida pelo “Bloco das Mulheres Rodadas” e a eficácia ética devido à participação direta do sujeito que, ao deixar de ser mero espectador, constrói coletivamente o bloco, tomando para si os espaços, por meio dos quais irá se expressar e festejar. Apesar das questões envolvendo a luta feminista ser inicialmente partilhada pelas organizadoras do bloco e pelas músicas e músicos que formavam a banda, a ocupação foi construída em conjunto com uma gama de sujeitos²⁴, incluindo aqueles “não convertidos”, ou seja, aqueles que, até então, nunca haviam tido contado com qualquer manifestação ou movimento feminista.

É possível ainda perceber sinais ligados a uma eficácia estética decorrente dos dissensos surgidos por conta deste bloco. Apesar de não ter havido uma alteração da dinâmica social, a satirização realizada a partir do termo “mulher rodada”, fez surgir questionamentos e debates acerca de um padrão sexual que é imposto as mulheres, que demonstra a hierarquia existente nas relações sociais, promovidas por conta da questão de gênero, não obstante qualquer discurso aparente de igualdade. Assim, pode-se pensar que a ocupação temporária promovida pelo bloco pôde reconfigurar o sensível existente, na medida em que deixou transparecer, principalmente para aquelas pessoas que são estranhas à causa feminista, a situação de desigualdade de gênero, que, muitas vezes, permanece oculta, naturalizada sob um discurso hegemônico.

(...) todas as formas de performance do corpo, da voz e dos sons contribuem para reconstruir o âmbito de nossas percepções e o dinamismo de nossos afetos. Com isso, abrem passagens possíveis para novas formas de subjetivação política. Mas nenhum deles pode evitar a ruptura estética que separa os efeitos das intenções e veda qualquer via larga para uma realidade que estaria do outro lado das palavras e das imagens. Não há outro lado. Arte crítica é uma arte que sabe que seu efeito político passa pela distância estética. Sabe que esse efeito não pode ser garantido, que ele sempre comporta uma parcela de indecível. Mas há duas maneiras de pensar o indecível e de trabalhar com ele. Há aquela que o considera um estado do mundo em que os opostos se equivalem e transforma a demonstração dessa equivalência em oportunidade para um novo virtuosismo artístico. E há aquela que reconhece aí o entrelaçamento de várias políticas, confere figuras novas a esse entrelaçamento, explora suas tensões e desloca assim, o equilíbrio dos possíveis e a distribuição das capacidades (RANCIÈRE, 2014, p. 81).

Assim, se partirmos do pressuposto que estas manifestações artísticas, ao mesmo tempo que transformam os espectadores em participantes ativos, conseguem reconfigurar o sensível, de forma a tornar possível que os sujeitos percebam sobre a condição de submissão imposta à

²³ Rancière entende por dissenso “o conflito de vários regimes de sensorialidade” (RANCIÈRE, 2014, p. 59).

mulher pela sociedade patriarcal, que busca manter o controle tanto do corpo quanto da sexualidade feminina. É cabível então pensar tal ocupação artística como um potente instrumento em prol da emancipação, no qual o caráter emancipatório residiria não apenas na colocação de corpos em ação através de um poder de agir, mas também no rompimento da estagnação social, possibilitada por um dissenso provocado pela intervenção artística. Nesse sentido, o carnaval funciona como mais um poderoso instrumento de disseminação das lutas contra hegemônicas, trazendo consigo uma nova maneira irreverente, irônica e alegre de comunicar, de contra argumentar. Por meio desses contra discursos são construídas novas representações que ressignificam velhos símbolos de opressão, que tem, historicamente, subjugado as mulheres, sobretudo aqueles relacionados com seu corpo e sua sexualidade.

CONCLUSÃO

Diante da atual conjuntura, na qual as mulheres ainda se encontram em uma clara situação de desigualdade na sociedade, devido a estrutura patriarcal existente, que não apenas mantém sob constante vigilância o corpo e a sexualidade feminina, mas também exclui a participação das mulheres dos espaços de luta²⁵, as ocupações artísticas promovidas pelo Bloco das Mulheres Rodadas, durante o carnaval, apontam para um outro caminho, de possibilidades emancipatórias.

Isso porque, é possível considerar que o carnaval, por meio da sua lógica inversiva, provoca rupturas em relação às nossas percepções, abrindo um espaço para novas conexões, permitindo que sejam conferidos novos sentidos, necessários a modificação do imaginário social existente. A partir de contra discursos que tomam para si a linguagem do opressor, utilizada até então como mecanismo normatizador e disciplinador do corpo feminino, é desenvolvido um ativismo de cunho político que visa subverter a cultura dominante²⁶, por meio de um tom piadístico, irreverente e irônico. Assim, a utilização do carnaval e dos seus elementos, materializados nas fantasias, nas brincadeiras, nas paródias musicais, e na fala erotizada e irreverente, tem se apresentado como uma ferramenta funcional capaz de contribuir para a reconstrução de algumas percepções sociais, conferindo novas figuras ao imaginário social, bem como atribuindo outros significados aos símbolos utilizados até então como mecanismos de opressão. Destaca-se que a forma jocosa da festa carnavalesca tem sido responsável por cativar públicos maiores, e até inesperados, que passaram a conhecer e também partilhar o ideal de liberdade feminina abordado pelo bloco.

Contudo, cabe destacar que o perfil do público frequentador do bloco, composto na sua maioria pela mulher de classe média e média alta, predominantemente branca, e moradora da zona sul do Rio de Janeiro, aponta para a necessidade de se pensar na temática envolvendo a representatividade feminina. Diante disso, é fundamental a reflexão em torno da construção de

²⁴ Sendo predominante o número de mulheres, mas havendo também homens e crianças.

²⁵ Institucional, político, social, etc.

²⁶ Além da própria denominação do bloco, também foram encontrados no bloco alguns cartazes com os dizeres “Estive rodando e não dei pra você”, “só tem rodada aqui”, entre outros.

espaços a partir de uma perspectiva interseccional, de forma a evitar a reprodução de um feminismo pretensamente neutro, que no fundo é elitista, e que acaba por generalizar as mulheres e suas experiências.

Apesar da crítica, as atividades realizadas pelo bloco, durante o período carnavalesco, e também fora do carnaval, têm constituído uma boa estratégia de conexão do feminismo, com o ativismo político por meio da arte, apontando para outros caminhos, ou seja, outros espaços de luta para a promoção dos direitos da mulher, diferente da via institucional.

REFERÊNCIAS

- AMARILLO, Claudia Patricia Rivera. “Una historia política de la diferencia sexual”. Em: VIGOYA, Mara Viveros; RIVERA, Claudía [e] RODRÍGUEZ, Manuel (comps.). De mujeres, hombres y otras ficciones: Género y sexualidad en América Latina. Bogota: Tercer Mundo/Universidad Nacional de Colombia, 2006, pp. 185-202.
- BERMAN, Ruth. “Do dualismo de Aristóteles à dialética materialista: A transformação feminista da ciência e da sociedade”. Em: JAGGAR, Alison M. [e] BORDO, Susan R. (eds.). Género, corpo, conhecimento. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997, pp. 241-275.
- BRIGEIRO, Mauro. “Entre lo natural y la construcción social: Miradas y debates acerca de la sexualidad”. Em: VIGOYA, Mara Viveros; RIVERA, Claudía [e] RODRÍGUEZ, Manuel (comps.). De mujeres, hombres y otras ficciones: Género y sexualidad en América Latina. Bogota: Tercer Mundo/Universidad Nacional de Colombia, 2006, pp. 177-183.
- CRENSHAW, Kimberlé. “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color”. *Stanford Law Review*, vol. 43, n. 6, 1991, pp. 1241-1299.
- DAMATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DESOUZA, Eros; BALDWIN, John R. [e] ROSA, Francisco Heitor. “A construção social dos papéis sexuais femininos”. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, vol. 13, n. 3, 2000, pp. 485-496.
- FARGANIS, Sondra. “O feminismo e a reconstrução da ciência social”. Em: JAGGAR, Alison M. [e] BORDO, Susan R. (eds.). Género, corpo, conhecimento. Tradução de Brítta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997, pp. 224-240.
- FERREIRA, Felipe. Inventando carnavais: O surgimento do carnaval carioca no século XIX e outras questões carnavalescas. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2005.
- FLORES, Joaquín Herrera. De “habitaciones propias” y otros espacios negados: Una teoría crítica de las opresiones patriarcales. Instituto de Derechos Humanos, Universidad de Deusto, Bilbao, 2005.
- HARAWAY, Donna. “Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”. Em: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- _____. “Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu*, n. 5, 1995, pp. 7-42.
- HARDING, Sandra. Ciencia y feminismo. Madrid: Morata, 1996.
- HESSE-BIBER, Sharlene Nagy [e] LEAVY, Patricia Lina. *Feminist Research Practice: A Primer*. London: Sage Publications, 2007.
- JACKSON, Stevi [e] JONES, Jackie (eds.). *Contemporary Feminist Theories*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1998.
- MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: Raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- RAGO, Margareth. “Epistemologia feminista, gênero e história”. Em: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. das Mulheres, 1998.
- RANCIÈRE, Jacques. *O espectador emancipado*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- RUBIN, Gayle. “Pensando sobre sexo: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade”. *Cadernos Pagu*, n. 21, 2003, pp. 1-88.
- SANTOS, Boaventura de Sousa [e] CHAUI, Marilena. *Direitos humanos, democracia e desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2013.